

REFLEXÕES ACERCA DA APROPRIAÇÃO DO SOCIALISMO PELO PARTIDO DOS TRABALHADORES. Bruno Felipe Vieira, Moacir Gigante. – Ciência Política – História – Departamento de História – Faculdade de História, Direito e Serviço Social – Campus de Franca.

No final da década de 70, após a época de maior repressão no Brasil – conhecido como os “anos de chumbo” – e do “milagre econômico”, quando o crescimento do PIB brasileiro ultrapassou os 10% ao ano; ocorridos no governo de Emílio Garrastazu Médici (1968-74), o poder está nas mãos de Ernesto Geisel (1974-79), que inicia no país uma onda liberalizante, um retorno ao sistema político da democracia, que irá se completar ao longo dos anos 80. O poder do capital, através da internacionalização da economia, patrocinada sobretudo, pelos Estados Unidos, havia penetrado de tal forma no sistema que a ditadura tornava-se, agora, dispensável. O capitalismo já estava solidificado e o regime político poderia ser novamente democrático, pois uma nova forma de dominação se fazia presente. (RODRIGUES, 1999, p. 9). O retorno à democracia é conduzido, assim, numa “[...] lenta, gradativa e segura distensão” (GASPARI, 2003, p. 122) pelo povo, sob a supervisão dos militares, políticos e burgueses através de suas leis e instituições.

O ano de 1978 é emblemático neste sentido, pois é talvez o momento de maior efervescência dos movimentos sociais, presentes no Brasil já desde a era pós-64. Dá-se início a um ciclo grevista, sobretudo nas regiões de grande industrialização, como o ABC paulista, que irá caminhar, praticamente sem interrupções, por dois anos e será símbolo do surgimento de uma massa trabalhadora enquanto força política, capaz de mobilizar-se não só por melhores condições individuais, mas por mudanças no próprio regime militarista; e é a força deste movimento, aliado à fraqueza do regime militar, já sem apoio norte-americano, em meio a tantas contestações, que permitirá o surgimento da base do que seria o movimento sindical brasileiro: a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Partido dos Trabalhadores (PT), em 1979; este último ainda não constituído enquanto partido, mas como uma “[...] opção socialista em torno da qual estão setores da classe operária, dos intelectuais e dos sindicalistas.” (RODRIGUES, 1999, p. 16).

A classe trabalhadora e a Igreja serão os pilares de sustentação política deste novo partido, que se utilizará de um discurso objetivo e alinhado com a proposta do socialismo. Entretanto, o socialismo que o partido busca não se faz por meio de uma revolução social, tal como na Rússia de 1917, mas por uma revolução de tipo democrático-eleitoral, inspirada no modelo de socialismo ocidental europeu: a social-democracia, “[...] a forma predominante de organização dos trabalhadores sob o capitalismo democrático.” (PRZEWORSKI, 1989, p. 13). Através de análises bibliográficas, percebeu-se que esta não era uma novidade do PT, como apontaram algumas correntes da historiografia brasileira; o PT usou-se de um modelo aplicado em muitos países capitalistas democráticos da segunda metade do século XX, no qual os trabalhadores são organizados por partidos eleitorais, orientados para diversas classes e economicamente reformistas – os partidos social-democratas.

A pesquisa foi conduzida no intuito de perceber como e quando se dá esta “transição”, ou nos termos do estudo, a “apropriação” do conceito de socialismo pelo Partido dos Trabalhadores, através de um estudo paralelo da própria dinâmica do socialismo – e da social-democracia – na Europa. Assim, quando o socialismo surge na Europa, por volta de 1850, não tem em seus planos a inserção dentro de uma estrutura política burocrática; seu projeto está no âmbito de uma democracia social e seu triunfo deveria, portanto, vir da sociedade, não da política. Porém, naquele momento, a democracia já permeava as estruturas políticas e era nestas estruturas que a burguesia inseria-se; logo se os socialistas desejavam a mudança, ela deveria ser feita via política, passando pelo crivo da democracia.

Construir uma sociedade dentro da sociedade não bastava; fazia-se necessária a conquista do poder político. [...] A questão perturbadora, porém, era se esse partido deveria ou não fazer uso das instituições já existentes em busca do poder político. A democracia política, especificamente o voto, era uma arma já pronta, à disposição da classe trabalhadora. Tal arma deveria ser rejeitada ou empunhada na trajetória da emancipação política para a emancipação social? (PRZEWORSKI, 1989, p. 20).

Carregando este conflito, os socialistas entraram no processo eleitoral no intuito primeiro de promover-se e promover seus princípios. Não buscaram alianças, mantiveram-se fiéis à causa socialista; as eleições deveriam ser usadas apenas como um veículo já pronto para organização, agitação e propaganda, além de medir o grau de participação e apoio das massas. Foi assim na Alemanha, França, Suécia, Noruega, onde os trabalhadores perceberam na política eleitoral, uma forma de reivindicação coletiva, um agrupamento de forças que sozinhas não poderiam competir contra os detentores do capital.

No Brasil, as eleições de 1982 representam, para além da ascensão do PT para o plano de um partido político legalizado, a possibilidade de um partido representar um canal de reivindicação para os trabalhadores, e esses poderem usar este partido para elevar suas insatisfações a um patamar de lutas político-partidário por meio de “alguém” que os representava. (BRANDÃO, 2003, p. 63).

A via eleitoral torna-se então uma alternativa real no Brasil da década de 80 como fora outrora na Europa do início do século XX. A “revolução” ocorreria nas urnas, tal como Engels teorizou por volta de 1895; e a prática demonstrou esta premissa: em toda Europa, os partidos social-democratas vinham ganhando espaço no cenário político e aqui não foi diferente, mesmo pairando certa sensação de traição entre os mais idealistas, pois se acreditava que através das eleições, a social-democracia, ao invés de implantar o socialismo, reforçaria o capitalismo.

Apesar de toda a ambivalência, a despeito das preocupações de curto-prazo, os socialistas ingressaram na política burguesa para ganhar as eleições, obter um mandato predominantemente voltado para transformações revolucionárias e criar a legislação que conduziria a sociedade ao socialismo. (PRZEWORSKI, 1989, p. 29).

Em 1989, após o restabelecimento das eleições diretas e do pluripartidarismo, durante o último governo militar – de João Baptista Figueiredo (1979-85) – e a legitimação da abertura política pela nova Constituição de 88; é o momento no qual o PT parte para sua estratégia mais audaciosa: eleger o ex-metalúrgico e líder sindical Luis Inácio Lula da Silva como presidente da República, acreditando na tendência do seu crescente apoio da base eleitoral.

Acontece que os proletários, a classe proletária, nunca se tornou a maioria do eleitorado, nem na Europa do XX, nem no Brasil de 89, tal como previram e desejaram os socialistas, que mesmo aumentando sua porcentagem de votos nas eleições, nunca obtiveram a maior parte dos votos. Era a tal “regra da democracia” da qual fala Przeworski (1989, p. 38): para se governar sozinho e colocar em prática somente seus objetivos, era necessário que o partido social-democrata detivesse a maioria dos votos e a realidade histórica destes partidos apontava o contrário.

A social democracia viu-se então diante de uma escolha: manter sua base homogênea e fiel ao operariado, porém condenada à derrota em todas as eleições, ou buscar as alianças para tentar ganhar estas eleições, com o risco de descaracterizar-se enquanto partido socialista ou da causa operária. O PT parece justamente estar neste impasse após a frustração de 1989; a disputa pelo poder levou-o à compreensão de que somente se convertendo em um partido policlassista, com propostas válidas para os três estratos da sociedade moderna – na qual predomina o estrato médio – tornar-se-á capaz de constituir-se enquanto alternativa viável ao poder. (JAGUARIBE, 1998, p. 16).

Sua opção parece ter sido pelo poder – sem nunca ter deixado clara esta escolha – e neste interím começa-se a desconstrução do PT, que num primeiro momento, usou-se da expansão do movimento sindical para constituir-se enquanto partido da militância; e depois, num segundo momento torna-se um partido de massas, dos menos favorecidos (mulheres, estudantes, aposentados), com uma ideologia difusa e próxima da social-democracia; processo que ainda está em (des)construção nas eleições de 94, o que não permite a vitória imediata; a conquista do poder só virá em 2002, com a maturação do processo. Resta saber o que fará com ele, pois que a social-democracia não conduzirá a sociedade ao socialismo. (PRZEWORSKI, 1989, p. 61).

Referências Bibliográficas

ABRAMO, Laís. **O resgate da dignidade:** greve metalúrgica em São Bernardo (1978). Disponível em: <http://www.pt.org.br/25anos>. Acesso em 18 jul. 2006;
BRANDÃO, Marco Antônio. **O socialismo democrático do Partido dos Trabalhadores:** a história de uma utopia (1979-1984). São Paulo: Annablume : Fapesp, 2003;

GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada**: o sacerdote e o feiticeiro. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. v. 3;

JAGUARIBE, Hélio (Org.). **A proposta social-democrata**: a social-democracia na atualidade européia, hispano-americana e brasileira. 2.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1998;

MANIFESTO de lançamento do PT de 10 fev. 1980. Disponível em: <http://www.pt.org.br/25anos>. Acesso em: 18 jul. 2006;

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. Campinas: Ed. Unicamp, 2002;

PRZEWORSKI, Adam. **Capitalismo e social-democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989;

RODRIGUES, Marly. **A década de 80 – Brasil**: quando a multidão voltou às praças. 3.ed. São Paulo: Ática, 1999. Série princípios.